

A guarda rural indígena

Nesse mesmo ano, os fazendeiros instalados no corredor e em áreas de antigas aldeias iniciaram sua campanha para legitimarem seus títulos junto ao governo do estado, encontrando irrestrito apoio dos políticos locais e da Assembléia Legislativa. Para conter a insatisfação dos índios, foi nomeado em 1966 o Capitão Manoel Pinheiro para a administração do SPI em Minas Gerais.

O Capitão, ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao Serviço Reservado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, criou na área Maxakalí a Guarda Rural Indígena (GRIN), que passou a se responsabilizar por manter a ordem interna nas aldeias, coibir os deslocamentos dos índios, impor trabalhos e denunciar os infratores ao Destacamento da Polícia Militar ali instalado. As infrações leves eram punidas com prisão na própria área, e as consideradas como graves, com exílio no Reformatório Agrícola Indígena, também conhecido por Centro de Reeducação Indígena Krenak, localizado na área demarcada para os índios Krenák, no vale do rio Doce, em Minas Gerais. Essa instituição corretiva foi criada por Pinheiro para acolher os indígenas que opunham resistência aos ditames dos administradores de suas aldeias ou eram considerados como desajustados socialmente. Dessa forma, Pinheiro conseguiu desarticular a resistência e oposição dos Maxakalí ao esbulho de suas terras e recebeu, como compensação, uma fazenda no corredor que, durante muitos anos, dividiu as duas áreas indígenas, de Água Boa e Pradinho.

O resultado da atuação da GRIN foi manter os "contratos criminosos de exploração das terras indígenas" (FIGUEIREDO, 27/08/1967), corromper as lideranças, alimentar o faccionalismo interno, instalar um clima de constante revolta entre os índios; beneficiar os posseiros e invasores das terras indígenas e transformar os índios em marginais e meros espectadores do desenvolvimento implantado em suas terras pelos fazendeiros (TORRES, 06/08/1968). Só com a substituição de Pinheiro na direção da Ajudância Minas-Bahia, em 1974, desarticulou-se esse sistema repressivo, vindo à tona a exacerbação do faccionalismo interno; a embriaguez constante; a recusa dos

membros da agora extinta GRIN a trabalhar, embora exigissem a continuidade do pagamento do salário, e o fato dos índios terem se viciado ao paternalismo de presentes distribuídos de forma irresponsável, tendo abandonado o trabalho nas roças.

A partir de 1975 a nova administração da FUNAI retomou a questão da regularização fundiária dos Maxakalí, sendo que em 1992 o problema ainda não estava resolvido, motivando a elaboração de Laudo Pericial e ampla movimentação de ONGs a nível nacional e internacional para que fosse promovida a reunificação das áreas dos Maxakalí. Isso ocorreu em 1993, com a demarcação administrativa da área unificada e finalmente homologada em 1996. Os fazendeiros solicitaram e ganharam o direito a serem indenizados pelas benfeitorias, sendo os recursos repassados em 1997 à Administração Regional da FUNAI. Como os cálculos de indenização não foram aceitos pelos fazendeiros, está em curso um novo processo destinado a desentruar o corredor entre as áreas dos Postos Indígenas Pradinho e Água Boa à revelia dos fazendeiros.

Fonte: Instituto Socioambiental – ISA
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/arana>